

## RESENHAS CRÍTICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.<sup>a</sup> ed. revista e ampliada. Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 1999, 672 páginas.

Para se comprovar o valor que representa a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, talvez seja suficiente observar que o grande hiato de tempo decorrido entre a 36.<sup>a</sup> edição e a que está sendo lançada neste ano não conseguiu apagá-la da memória dos professores e de todos aqueles que por ela estudaram.

Isto se deve em grande parte ao fato de que as análises apresentadas por Evanildo Bechara sempre se caracterizaram, desde a primeira edição de sua obra, pela clareza na exposição e consistência doutrinária, defendendo o que há de melhor em nossa tradição gramatical, desde as posições ainda hoje irrefutáveis de Said Ali ou de Epifânio da Silva Dias, entre outros, até as pouco divulgadas intuições de alguns estudiosos como Martinz de Aguiar.

Cumprе ressaltar que, mesmo com as limitações quase impostas pela NGB, Evanildo Bechara sempre se mostrou ousado em assinalar e interpretar fenômenos não enquadrados na terminologia gramatical vigente em nosso país.

Na realidade, sobretudo com os avanços da lingüística moderna, hoje já é possível avaliar claramente os efeitos da proposta da NGB. Se, de um lado, ela trouxe a discutível vantagem da simplificação e da uniformização, de outro cerceou de algum modo a liberdade dos professores e elaboradores de compêndios e manuais didáticos para o ensino-aprendizagem da língua.

Não se nega a necessidade de um corpo mínimo de diretrizes ou sugestões que devem ser adotadas, principalmente nas situações em que haja risco de prejuízos ou dificuldades para os alunos, a exemplo dos concursos públicos, dos exames vestibulares ou das transferências escolares. O que se condena é a falta de abertura ou de flexibilidade para atualizar o que não foi previsto e redefinir o que foi estabelecido erroneamente.

Diante disso, a postura de Evanildo Bechara se revela bastante inovadora e até ousada. Enquanto a maioria dos gramáticos prefere omitir os fatos não agasalhados pela proposta da NGB, conferindo a esta quase um caráter de dogmatismo, ele percebe que a elaboração de uma gramática não pode prescindir das contribuições da lingüística. Ou melhor: deixa claro que não tem sentido algum a suposta oposição entre gramáticos e lingüistas e que, por con-

seguinte, do gramático atual não se pode deixar de exigir uma sólida fundamentação científica.

Sendo assim, como a lingüística constitui uma ciência, por isso mesmo evoluindo em função de hipóteses e teorias, ao gramático compete escolher o arcabouço teórico-metodológico que, segundo os seus estudos e enfoque adotado, melhores subsídios forneça para a descrição gramatical que pretende desenvolver.

Coerente com esse princípio, Evanildo Bechara enriquece a nova edição de sua *Moderna Gramática Portuguesa*, seguindo em muitos pontos as interpretações coserianas e jakobsonianas (veja-se, por exemplo, a descrição do sistema de conjugação verbal), sem todavia distanciar-se do pensamento daqueles que melhores soluções apontaram para os fatos da língua portuguesa, sejam lingüistas reconhecidos como Câmara Jr. e Herculano de Carvalho, sejam gramáticos tradicionalistas como Said Ali e Maximino Maciel.

Dessa forma, Evanildo Bechara a nosso juízo adotou uma atitude conciliadora, acatando em princípio o modelo tradicional de descrição gramatical, mas em todos os níveis buscando redimensioná-lo à luz das orientações da lingüística moderna. Por isso, a obra que produziu se distingue das demais congêneres pelo menos em dois aspectos: no acúmulo de terminologias não previstas na NGB e na apresentação de soluções ou novas hipóteses para a explicação de fatos em geral analisados de maneira insatisfatória ou até mesmo incoerente.

Com respeito à questão nomenclatural, fica-nos clara a convicção de que hoje é praticamente inviável discutir problemas de linguagem com um aparato terminológico tão restrito quanto o sugerido pela NGB. Em razão disso, Evanildo Bechara não só emprega termos cunhados ou difundidos pelos lingüistas (o *sintagma* e o *signo* de Saussure, o *entorno* de Coseriu, a *lexia* e o *arquilexema* de Pottier etc. etc.), mas também resgata os que, embora necessários, foram banidos pela NGB (o *anexo predicativo* de Said Ali, o *complemento relativo*, o *modo condicional* etc. etc.).

Com relação às novas hipóteses para a interpretação dos fatos da língua portuguesa, são duas as atitudes tomadas pelo autor: ou ele acata a descrição tradicional, mas sugere soluções alternativas, ou critica o que considera falacioso e propõe para o caso uma análise mais coerente.

Das hipóteses que defende, algumas nem tanto inovadoras mas ainda pouco difundidas entre nós, queremos destacar as que, se seguidas por outros gramáticos, podem ter uma grande repercussão no ensino da língua.

Vejamos, inicialmente, alguns pontos de sua descrição morfológica.

Ao tratar do mecanismo da flexão nominal, afirma que em português só existe flexão de gênero e número. Reproduz então a opinião de Câmara Jr., já aceita por vários estudiosos, segundo a qual o grau, como não é marcado por desinência, se realiza mediante expedientes de natureza sintática (quando não se altera a forma do substantivo, do adjetivo ou do advérbio) ou se enquadra no processo derivacional (quando ocorre a presença de um sufixo intensificador).

Trata-se de uma posição contra a qual não pode haver argumentos, mas cuja plena aceitação tem enfrentado o peso da tradição. Tanto se associou grau a gênero e número que, apesar da consciência de que o processo flexional se opera por meio da adjunção de desinências, quando se fala em grau, ainda se corre o risco de alguma contradição. Esse peso do hábito ou da tradição justifica, por exemplo, a afirmação do autor de que “entre as desinências está a marca da gradação” (p. 142) ou de que o processo analítico de formação de aumentativos e diminutivos se inclui na derivação (p. 140). No mesmo sentido, adverte que o advérbio não tem flexão, mas há alguns que admitem grau (p. 289).

Ainda na parte da flexão nominal, traz uma observação que não deixa de ser polêmica, ao entender, com Herculano de Carvalho, que inexistente o processo flexional na distinção entre os gêneros dos substantivos. A rigor, em *lobo – loba*, tem-se uma derivação, desde que as formas do masculino e do feminino expressam significações inerentes diversas.

O grande problema para a aceitação dessa proposta reside no fato de que, morficamente, o adjetivo tem sob esse aspecto o mesmo comportamento do substantivo. Como se pode entender que ambos são nomes, apenas diversificados quanto à função, afirmar que ocorre flexão quando se trata de adjetivo e derivação quando o nome é substantivo, termina descaracterizando a flexão e a derivação como processos morfológicos.

Inovações menos polêmicas e bem oportunas nos parecem as que sugere na distribuição das classes gramaticais. Assim, critica as gramáticas tradicionais que incluem o artigo definido e o indefinido na mesma classe quando, na realidade, diferem pela origem, tonicidade, comportamento no discurso, valor semântico e papéis gramaticais (p. 153). Critica também a análise do clítico *o*, que aparece antes de *que* ou *de*, como demonstrativos equivalentes a *isso*. Com efeito, pelos argumentos que oferece, não há dúvidas de que, em estruturas do tipo “não sei *o* que sentes” ou “os homens de talento e *os* de pouco valor”, o que se tem é o artigo definido e não um pronome demonstrativo.

Por outro lado, discorda da tradição gramatical quanto à inclusão dos ordinais, multiplicativos e fracionários na classe dos numerais. Aliás, se é óbvio que não deveriam fazer parte dos numerais, já que são por natureza adjetivos ou substantivos, a nosso ver o simples fato de expressarem a idéia de número

não é também motivo suficiente que justifique uma classe específica para os cardinais. A ser assim, as classes gramaticais teriam que proliferar indefinidamente, para abrigar diferentes ordens de idéias e não apenas privilegiar a de número...

Outro avanço considerável, incorporado na nova edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, diz respeito ao quadro das categorias verbais, que foi ampliado e revisto segundo as reflexões de Jakobson e Coseriu. Há alguns pontos em que Evanildo Bechara parece resgatar noções já defendidas antes da NGB como, por exemplo, a distribuição dos modos verbais. Retoma a idéia do condicional para o futuro do pretérito (p. 222), que assim não poderia fazer parte do indicativo. Distingue ainda o optativo do subjuntivo e, com isso, a língua portuguesa teria, em vez de três, cinco modos verbais.

Ao estudar o advérbio, toca na questão da *antitaxe*, que se define como a retomada ou substituição de uma unidade de um nível gramatical, já presente ou virtual no discurso. É de fato um assunto que, apesar de muito discutido atualmente, não tem sido analisado adequadamente pelas gramáticas em geral, que continuam a colocar no mesmo plano itens bastante distanciados semanticamente, como o *não* modificador de um verbo (“Ele não fez o trabalho”) e o *não* substituto de uma oração (“Ele fez o trabalho? – Não”). A interpretação de Evanildo Bechara neste ponto, se não representa uma inovação, vale pela iniciativa de enfrentar um problema, cuja solução implica uma revisão profunda na teoria das partes do discurso.

É com esse mesmo espírito de rever questões descritas de modo inconsistente que, na parte dedicada à sintaxe, ele demonstra uma série de conceitos e classificações, evidenciando o que há de falso e propondo análises às vezes até bem mais simples. Como são muitos os pontos em que isso se verifica, vamos selecionar, a título de exemplificação, apenas duas situações em que o autor diverge da tradição gramatical.

Uma delas consiste na identificação dos elementos que servem de elos entre unidades oracionais. Evanildo Bechara, em vez de considerar a existência de conectivos, distingue os *conectores* (quando se trata de parataxe ou coordenação, ocasionando o chamado *grupo oracional*) dos *transpositores* (quando ocorre hipotaxe ou subordinação, havendo então a oração complexa).

Todavia, não é só uma distinção terminológica. Os processos de coordenação e de subordinação são explicitados de forma meticulosa e, com isso, o esquema das conjunções é inteiramente revisto. Deixam de ser consideradas como coordenativas as explicativas e as conclusivas. E mais: a lista das adversativas se resume a três conectores: *mas*, *porém* e *senão*. São excluídos, pois, desse rol vocábulos como *entretanto*, *todavia*, contudo etc. que, na realidade,

outra coisa não são que puros advérbios. Novamente o autor, seguindo a doutrina de Epifânio da Silva Dias e Maximino Maciel, demonstra que alguns dos lamentáveis equívocos atuais se devem apenas ao esquecimento ou ignorância do que antes já tinha sido muito bem resolvido.

Para concluir, vamos mencionar um outro ponto polêmico em que o autor se distancia da tradição gramatical brasileira. Trata-se da distinção entre os tipos de predicado (verbal, nominal e verbo-nominal), feita em função do pressuposto de que existem, a par de verbos nocionais, os chamados verbos puramente relacionais ou copulativos. Evanildo Bechara qualifica de errônea e desnecessária tal distinção, entendendo que em todos os casos o núcleo da oração é sempre o verbo. Os argumentos que aduz para fundamentar essa hipótese exigem pelo menos que o assunto seja reavaliado em seus devidos termos.

Em suma, a revisão ampla que o autor fez de sua obra deve inaugurar uma nova fase na história das idéias gramaticais. Trata-se a rigor de um novo livro, mais voltado para o aspecto descritivo, embora sem anular de todo a preocupação normativa ou prescritiva. Um livro em muitos pontos inovador e polêmico mas, por isso mesmo, necessário para a evolução dos estudos lingüísticos no Brasil.

José Lemos Monteiro

\*\*\*